

Ana Paula Goulart Ribeiro (UFRJ:ECO)

Discurso e poder: a contribuição barthesiana para os estudos de linguagem

O poder sempre ocupou um lugar de destaque na reflexão sobre o discurso. As perspectivas que procuraram e que procuram estabelecer elos de ligação do poder com a linguagem são, no entanto, muito variadas. Como, aliás, é muito variada a própria maneira de se conceber os fenômenos da significação. Disciplinas especializadas como a lingüística, semiologia, semiótica, análise de discurso, filosofia da linguagem apresentam formas diferentes de abordar a questão. E, no interior de cada uma dessas disciplinas, há ainda diferentes (e antagônicas) correntes teóricas.

Propomos apresentar, neste artigo, como a relação discurso e poder foi abordada no interior da tradição francesa de estudos da linguagem, principalmente semiológicos. Esse recorte se justifica pelo fato da questão do poder ter sido tematizada, nesse campo, de uma forma bastante explícita, devido a influência seja do pensamento de Marx (através de autores como Roland Barthes e Mikhail Bakhtin), seja do pensamento de Michel Foucault (em cuja reflexão o poder ocupa um lugar central). Será justamente em torno desses autores principais que organizaremos nossa exposição, privilegiando entre eles Roland Barthes.

A escolha não foi aleatória. Barthes é um pensador bastante emblemático de um certo caminho que a semiologia percorreu desde suas origens estruturalistas. Tomaremos esse autor **metonimicamente**, para a trabalhar algumas questões cruciais para a evolução da reflexão sobre a linguagem, principalmente no que tange às suas relações com o poder.

Para falar da contribuição barthesiana para os estudos de linguagem, vamos recuar um pouco até Ferdinand de Saussure. Todo o pensamento contemporâneo sobre linguagem se refere, de uma forma ou de outra, a sua obra fundadora. Saussure é considerado o pai da lingüística moderna por ter sido o primeiro a estabelecer as bases dessa ciência, definindo-lhe um objeto e um método de análise.

No seu *Curso de Lingüística Geral* (1916), Saussure afirmou que a linguagem verbal (oral e escrita), por ser multiforme e heteróclita, não poderia

ser objeto da lingüística. Afinal, um simples ato de fala envolve muitas variáveis: de natureza **psíquica** (associação entre imagem acústica e conceito), **fisiológica** (transmissão pelo cérebro de impulso correspondente ao significativo para o aparelho fonador) e **física** (propagação das ondas sonoras). A linguagem possui também uma parte **social** (a língua, que é compartilhada) e uma parte **individual** (a fala, singular a cada indivíduo e a cada ato). Além disso, a linguagem pode ser pensada a partir de uma dimensão **sincrônica** (enquanto um estado, estática) ou **diacrônica** (enquanto uma fase de evolução, dinâmica).

Saussure concluiu, por tudo isso, que a linguagem na sua totalidade era icognoscível. Para estudá-la, seria necessário fazer um recorte que a tornasse um objeto mais simplificado. Propôs, então, que se privilegiasse a língua. A língua, para ele, era a parte essencial da linguagem, porque social: um sistema abstrato de normas (fonéticas, gramaticais e lexicais), que seria anterior ao indivíduo e a ele se imporia como uma força coercitiva. A fala, ao contrário, seria individual (dependeria de um ato de vontade e inteligência), condicionada por fatores contingentes, difíceis de determinar e, portanto, inapreensível cientificamente. Além disso, Saussure propôs que se privilegiasse a perspectiva sincrônica, pois acreditava que não deveriam ser enfatizados, nos estudos sobre a linguagem, os elementos do contexto socio-histórico, por serem externos ao sistema lingüístico.

A lingüística tal como definida por Saussure desempenhou, ao longo dos anos 1950 e 1960, o papel de ciência piloto, orientando os passos das ciências sociais como um todo e constituindo a base unificadora do movimento estruturalista, que se expandiu na Europa, nesse período, com um êxito sem precedentes. A Filosofia (Merleau-Ponty), a Antropologia (Lévi-Strauss) e a Psicanálise (Jacques Lacan) foram algumas das disciplinas que logo assimilaram o seu programa e o seu método. No interior da própria lingüística, a perspectiva foi desenvolvida principalmente por Louis Hjelmslev, que por sua vez teria uma influência direta na obra de Roland Barthes.

Ainda no *Curso de Lingüística Geral*, Saussure postulou a criação de uma ciência geral dos signos, da qual a lingüística seria uma parte, a qual deu o nome de semiologia. Essa disciplina foi desenvolvida, na década de 1940, por autores como Troubetzkoy, Buysens, Martinet e Pietro. Mas essa primeira

geração de semiólogos, tal como Saussure, não estava preocupada com a questão do poder e, na realidade, sequer com a do discurso. Eles seguiam as proposições da lingüística, eliminando todas as questões relacionadas à subjetividade e à história dos estudos sobre a linguagem. Esses autores desenvolveram trabalhos baseados na descrição de sistemas de comunicação não-verbais, limitando-se a uma análise imanente dos enunciados, pensados enquanto atualizações das estruturas.

É somente com a obra de Roland Barthes que a questão do poder e do discurso passa a ser tematizada. A linguagem deixa de ser pensada apenas como um sistema abstrato de regras e passa a ser articulada a seres de carne e osso, que não só criam essas regras através de suas práticas sociais cotidianas, mas que também as tornam vivas através dessas mesmas práticas.

Influenciado pela lingüística saussuriana, mas também pela antropologia estrutural e pelo marxismo, Barthes queria descrever os processos de semantização dos comportamentos sociais, acreditando ser possível estudar todo e qualquer atividade humana como linguagem. Fotografia, teatro, cinema, publicidade, strip-tease, cozinha, astrologia, luta-livre são alguns dos objetos das análises que desenvolveu em *Mitologia* (1957), uma das obras mais importante de sua fase inicial. Partindo de casos concretos da vida cotidiana francesa, Barthes pretendeu realizar um trabalho de depuração dos mitos contemporâneos, numa crítica ideológica da cultura de massa. Queria chamar a atenção para os significados ocultos que, desprevenidamente, consumimos nos diferentes discursos.

Qualquer matéria significativa (qualquer coisa na vida social revestida de significado) pode, segundo Barthes, ser tornar um mito: basta sobrepor ao seu sistema semiológico prévio (denotativo) um segundo nível de significação (conotativo). A denotação basear-se-ia na objetividade conferida pela arbitrariedade da relação significante-significado, dada pela língua e independente das situações e dos sujeitos histórico-culturais. A conotação, por ser dependente desses fatores, levaria sempre a uma situação de deformação dos significados objetivos do primeiro nível, o que a tornaria o lugar por excelência de investimento de valores ideológicos.

A existência de um nível denotativo (puramente lingüístico) garante, para Barthes, nesse momento, a possibilidade de um discurso científico, neutro

diante das contingências e contradições da realidade histórica. Fornece também à semiologia legitimidade enquanto mecanismo de desmontagem das estruturas ideológicas e de poder. O objetivo da análise dos discursos, da mitologia, seria revelar em detalhe a mistificação que transforma a cultura burguesa em natureza universal. Como o próprio Barthes afirma:

“... a mitologia tenta recuperar, sob as inocências da vida relacional mais ingênua, a profunda alienação que essas inocências têm por função camuflar. Esse desvendar de uma alienação é, portanto, um ato político: baseada numa concepção responsável de linguagem, a mitologia postula, deste modo, a liberdade dessa linguagem.” (BARTHES, 1989:175-176)

Barthes trabalha aqui com a noção de ideologia clássica do marxismo, entendida como falsa consciência e como instrumento de dominação. O poder é pensado como a capacidade da classe dominante de tornar suas representações particulares aceitas por todos como se fossem verdades universais. Como disse Marx, as idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes. Isso só é possível pela capacidade deformadora dessas idéias, que "naturalizam a história", ocultando as contradições sociais. Noutras palavras, o específico da ideologia – o que a torna um mecanismo de poder – é impedir que a dominação e a exploração sejam percebidas em sua realidade concreta. A influencia dessa concepção em Barthes fica muito clara na passagem que se segue:

"O ponto de partida desta reflexão era, as mais das vezes, um sentimento de impaciência frente ao "natural" com que a imprensa, a arte, o senso comum, mascaram continuamente uma realidade que, pelo fato de ser aquela em que vivemos, não deixa de ser por isso perfeitamente histórica. Resumindo, sofria por ver a todo momento confundidas, nos relatos da nossa atualidade, Natureza e História, e queria recuperar na exposição decorativa do-que-é-óbvio, o abuso

ideológico que, na minha opinião, nele se dissimula."
(BARTHES, 1989:7)

Em todas as suas obras posteriores a *Mitologias – Sobre Racine* (1963), *Ensaio Crítico* (1964), *Elementos de Semiologia* (1964), *Crítica e Verdade* (1966) e *Sistema da Moda* (1967) –, Barthes manteve, com pequenas variações de conteúdo e terminologia, a mesma perspectiva sobre a linguagem. A década de 1970, entretanto, marcaria uma ruptura radical no seu pensamento e um deslocamento de 180° em toda a semiologia. A partir da publicação de *S/Z*, ele rompeu definitivamente com o estruturalismo e redefiniu alguns dos pressupostos do marxismo ortodoxo, como os próprios conceitos de ideologia e poder. A reviravolta no pensamento barthesiano é provocada pela obra de um outro marxista: Mikhail Bakhtin. A incorporação dos seus conceitos de polifonia e dialogismo permitiram a Barthes relativizar a idéia de denotação e ultrapassar o formalismo das análises estruturalistas, reintroduzindo, na reflexão sobre a linguagem, os seus dois recalcados: a história e o sujeito.

Barthes continua considerando a denotação como o sistema de significação primeiro, sobre o qual a conotação se constrói. Só que, agora, ela deixa de ser concebida a partir da idéia de sentido literal, neutro. Na realidade, a denotação é ela mesma uma conotação que, provisoriamente, cristalizou-se. Barthes passa a admitir que a relação de significação não é nunca imediata ou espontânea. A linguagem, em qualquer nível, é sempre ideológica. Como ensinou Bakhtin, em todo signo se confrontam índices de valor contraditórios. Todo signo é uma espécie de arena, onde se desenvolve a disputa pela significação. Não é possível falar, portanto, em conteúdos pré-existentes, nem em sentidos fechados. Bakhtin trabalha com a ambigüidade de toda linguagem que – como território de conflito – nunca se estabiliza.

A noção saussuriana de *significado* tende, assim, a ser substituída pela de *sentido*. O significado carrega a idéia de algo pronto, cristalizado, estável e independente das circunstâncias; algo imanente às palavras. Já sentido se associa a pluralidade e dinamismo. É uma propriedade contextual, que remete ao processo, não à estrutura. O sentido se constitui em cada situação de enunciação (em cada ato da interação verbal), sob determinadas condições

histórico-culturais e mediado por instituições, que exercem coerções sobre o processo de produção.

A conotação não é eliminada da obra de Barthes, mas passa a funcionar como um instrumento para avaliar a polissemia de um texto, ou melhor, como uma via de acesso ao intertexto. A análise semiológica deve tentar mostrar de que modo o sentido depende dos códigos produzidos por uma cultura e mobilizados pelo autor e pelo leitor no processo de semiose social.

Barthes, assim, sai do fechamento da obra (análise imanente) e passa a pensá-la como um entrecruzar de várias vozes, que produzem diversas leituras historicamente possíveis. Ao semiólogo cabe especificá-las, restituindo-lhe a sua polifonia constitutiva. O trabalho de análise – que ele desenvolve posteriormente em obras como *Sade/Fourier/Loyola* (1971) e *O Prazer do Texto* (1973) – não tem, portanto, o objetivo de estabelecer a verdade do texto (sua estrutura), mas sim seu plural. Sua meta é reconstituir o texto como diálogo. Fazer ouvir, em meio a polifonia, o som diferencial das vozes. Identificar as citações que apontam para fora do texto em direção à cultura.

“(...) o texto único não é acesso (indutivo) a um Modelo, mas entrada de uma rede de mil entradas; penetrar por esta entrada é visar, ao longe, não uma estrutura legal de normas e desvios, uma Lei narrativa ou poética, mas uma perspectiva (de fragmentos, de vozes vindas de outros textos, de outros códigos), cujo ponto de fuga é sempre transladado, misteriosamente aberto.” (BARTHES, 1992: 46)

Assim como a noção de significado tende a ser substituída pela de sentido, a de texto é abandonada em detrimento da de discurso (ou, mais precisamente, da de interdiscurso). Na definição de discurso, é acrescida à concepção bakhtiniana contribuições foucaultianas.

Michel Foucault tematizou a questão da linguagem e do discurso em várias de suas obras, mas foi sobretudo em *Arqueologia do Saber* (1969) que ele procurou conceitualizar sua postura e, ao mesmo tempo, colocar-se a uma certa distância de suas antigas posições estruturalistas. A principal inovação que o livro trouxe foi a noção de *prática discursiva*, que passou a substituir a de

episteme, presente em *As Palavras e as Coisas* (1966). É essa noção que lhe permite se desviar do paradigma estrutural e pensar a linguagem fora da esfera exclusiva dos textos. A ruptura situa-se na afirmação nova segundo a qual “*as relações discursivas não são internas aos discursos*”.

Segundo Foucault, o discurso não é um conjunto de signos, elementos significantes que remetem a conteúdos e representações. Discursos são práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. A linguagem não é correlata ao social, é constitutiva dele. Não há uma correlação entre a estrutura da língua e a da sociedade; o que há é uma construção conjunta do lingüístico e do social. Por isso, o discurso não é simplesmente algo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação da sociedade. O discurso é aquilo pelo que se luta, “*o poder de que queremos nos apoderar*”.

Nessa perspectiva, o fundamental da semiologia é desvendar a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam. Ou melhor, das relações de poder que se instauram pela prática discursiva. Por isso, o interesse do analista se desloca da estrutura para os processos. A análise não deve se fixar no estudo das representações em si, mas na maneira como essas representações são realizadas e nos diversos procedimentos que, segundo Foucault, cerceiam e controlam os discursos na sociedade.

Ora, temos aqui uma mudança radical na forma de se conceber a linguagem e – conseqüentemente – a sua relação com o poder. Este deixa de ser pensado como dominação que se impõe ao discurso através do uso ideológico (naturalizante e universalizante) de significados já dados. Barthes, como já dissemos, não concebe mais a existência de um nível de significação primeiro, literal e neutro. Todo discurso é ideológico. Todo discurso é discurso de poder. Isso porque o poder não é uma força estranha ao discurso que, em um determinado momento, dele se apodera. O poder mora no interior do próprio discurso. Faz parte da sua arquitetura textual. Todo dispositivo de enunciação é um dispositivo de poder.

Foi em sua aula inaugural no Colégio de França, pronunciada em janeiro de 1977, que Barthes tematizou abertamente sobre essa questão. Fortemente influenciado por Foucault¹, rompeu definitivamente com a concepção

¹ Foi Foucault, aliás, quem indicou o nome de Roland Barthes à Assembléia dos Professores do Colégio de França para ocupar a cadeira de Semiologia Literária.

instrumentalista de poder do marxismo clássico, passando a pensá-lo como pluralista (na realidade, trata-se de poderes e não de o Poder). Começa a analisar o seu funcionamento não em termos de centralidade e concentração, mas de redes dispersas e localizadas de micropoderes. O poder não tem centro: dispersa-se *ad infinitum*, circulando por uma rede entre os indivíduos. Está ligado a todos os aspectos da vida humana e não somente ao Estado e às classes dominantes. É onipresente exatamente porque constitutivo da linguagem.

"(...) o poder está presente nos mais finos mecanismos do intercâmbio social: não somente no Estado, nas classes, nos grupos, mas ainda nas modas, nas opiniões correntes, nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações familiares e privadas, e até mesmo nos impulsos libertadores que tentam contestá-lo (...) Plural no espaço social, o poder é, simetricamente, perpétuo no tempo histórico: expulso, extenuado aqui, ele reaparece ali; nunca perece; façam a revolução para destruí-lo, ele vai imediatamente reviver, re-germinar no novo estado de coisas. (...) A razão dessa resistência e dessa ubiqüidade é que o poder é o parasita de um organismo trans-social, ligado à história inteira do homem, e não somente à sua história política, histórica. Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda a eternidade humana, é: a linguagem – ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua." (BARTHES, 1978: 11-12)

Toda língua é legislação, prescrição, imposição, poder. Mas essa não é uma particularidade da língua em si – que, enquanto um sistema de regras (vocabular e gramatical), exerce sobre o indivíduo forte coerção –, mas também do discurso, que impõe aos indivíduos as regras não menos prescritivas de gêneros (como demonstrou Bakhtin). A linguagem (tanto enquanto estrutura, quanto enquanto processo produtivo concreto) implica em uma relação fatal de alienação, na medida em que impõe coerções iludíveis ao

falante. Barthes não hesita em chamá-la, por isso, de fascista (em mais uma de suas célebres afirmações)².

A partir dessa perspectiva, Barthes formula um projeto de resistência ao poder. A primeira vista, isso poderia parecer paradoxal, já que ele afirma que o poder está em toda parte e não tem exterior. Se o poder a tudo domina, não há contra o que lutar. O conformismo ou o niilismo seriam a consequência natural desse tipo de postura teórica. Mas não para Barthes.

A desconstrução do poder é possível exatamente porque o discurso é polifônico. Se ele é arena (território de conflito e luta), o poder (a dominação) não pode ser nunca alguma coisa plástica, calma, tranqüila e estável. O poder no discurso é sempre resultado de processos dinâmicos, incessantes, instáveis. O sentido nunca se fecha, esse é um princípio fundamental.

O mesmo trabalho da linguagem – que constrói realidade e institui poder – pode também, segundo Barthes, libertar o discurso das suas amarras. A linguagem pode ser combatida do seu interior, por deslocamentos que elaborem uma linguagem limite (o grau zero). O projeto marxista de transformar o mundo não pode estar dissociado do projeto de transformar a linguagem. Sem revolução da linguagem, toda revolução social é vã. Tem-se que transformar os velhos mecanismos de dominação aos quais o discurso serve de instrumento. É necessário combater as escleroses da linguagem, resistir aos seus acomodamentos. Barthes propõe que se desloque palavras, desfocalize significantes de significados, desnivele a enunciação, marginalize o discurso institucional, submetendo o terreno lingüístico a constantes sismas. Como afirmou Leyla Perrone-Moisés, esses abalos que Barthes propõe podem oscilar o sujeito pleno no discurso logocêntrico, colaborando para que um novo sujeito aflore na História, liberto do imaginário (ideologia) que o lastreia e o entrava (PERRONE-MOISÉS, 1980: 67).

Barthes lança-se, assim, em um projeto de trabalho nos próprios mecanismos da linguagem, em vez de visar apenas – como fazia em suas obras anteriores a S/Z – os conceitos que o discurso encarna inocentemente. A ênfase se desloca do conteúdo para a forma. As forças de liberdade do discurso (que às vezes ele chama de *literatura*, às vezes, de *escritura*) não

² Pode-se perceber que Barthes – como toda a semiologia a partir de então – não mais diferencia língua e fala (ou discurso). A antiga dicotomia – herança saussuriana – já havia sido abandonada desde S/Z.

dependem do engajamento político do escritor, nem do conteúdo doutrinal da sua obra, mas do trabalho de deslocamento sobre a língua. A ideologia não está só no conteúdo e nem apenas na intencionalidade do autor (que, de resto, não controla conscientemente todas as vozes que através da sua se expressam).

Se em todo discurso existe uma heterogenidade constitutiva que escapa ao sujeito, existe também uma margem de negociação, no qual o sujeito constitui a si e ao seu discurso enquanto unidades coerentes. É essa margem de negociação que torna possível a utopia barthesiana. Noutras palavras, se é verdade que no discurso a voz do autor não é mais do que uma entre as muitas vozes presentes, também é verdade que o autor é uma espécie de maestro que organiza o que Bakhtin chamou de "orquestração contrapontual de vozes". Ou seja, estamos o tempo todo repetindo palavras já ouvidas, textos já lidos, fazendo eco a sons que sequer identificamos a origem. Mas não somos meros papagaios. Como afirmou Barthes: dizemos, afirmamos, assentamos aquilo que repetimos. Existe um ato criador em qualquer enunciação. O sujeito trabalha sobre o interdiscurso e se posiciona em relação a ele. Nesse trabalho se institui como sujeito, estabelecendo relações de saber e poder com o outro e atribuindo sentido ao mundo.

Utópico ou não, o projeto barthesiano traz subjacente uma concepção do linguagem que – estabelecendo o primado do interdiscurso sobre o discurso – abre profícuos caminhos para o entendimento do modo do sujeito participar de jogo de produção de sentidos.

A Semiologia, ao incorporar toda essa reflexão, deixa de ignorar o sujeito (como fez o estruturalismo), e de lhe conferir poderes absolutos (como o pragmatismo anglo-saxão); propõe o que já se chamou de uma "teoria não subjetiva do sujeito".³ Nem objetivismo abstrato, nem subjetivismo idealista, como ensinou Bakhtin. A Semiologia não pensa o sujeito como todo poderoso, como tendo o controle absoluto do sistema, nem como plenamente identificado a ele (sujeito nulo, esmagado pela estrutura); quer dar conta da relação contraditória que entre eles se estabelece.

³ No Brasil, esta perspectiva vem sendo desenvolvida por Milton José Pinto, no que o autor chama de Semiologia dos Discursos Sociais. Mas a sua posição coincide em muitos pontos, no que tange aos principais aspectos abordados neste texto, com aquela defendida pela Análise de Discurso que segue a linha de Michel Pêcheux e que, no País, tem como marco principal a obra de Eni Puccinelli Orlandi.

Bibliografia

- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. RJ, Forense Univ., 1981.
- _____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. SP, Hucitec, 1987.
- _____. *Estética da criação verbal*. SP, Martins Fontes, 1992.
- BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. SP, Cultrix, 1979.
- _____. *Mitologias*. RJ, Bertrand, 1989.
- _____. *Aula*. SP, Cultrix, 1980.
- _____. *S/Z*. RJ, Nova Fronteira, 1992.
- _____. *O prazer do texto*. SP, Perspectiva, 1993.
- _____. *O óbvio e o obtuso*. RJ, Nova Fronteira, 1990.
- _____. *Crítica e verdade*. SP, Perspectiva, 1999.
- _____. *O grau zero da escrita*. Lisboa, Edições 70, 1989.
- DOSSE, François. *História do Estruturalismo*. 2 vols. Campinas, Ed. Unicamp, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. RJ, Forense Universitária, 1995.
- _____. *As Palavras e as Coisas*. SP, Martins Fontes, 1992.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- _____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, Ed. Loyola, 1996.
- _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. SP, Cortez/Editora da Unicamp, 1988.
- _____. *Interpretação*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- _____. *A linguagem e o seu funcionamento*. Campinas, Pontes, 1996.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. "Lição de casa". In BARTHES. *Aula*. SP, Cultrix, 1980.
- PINTO, Milton José. *As marcas lingüísticas da enunciação*. RJ, Numen, 1994.
- _____. *Comunicação e Discurso*. São Paulo, Hacker Editores, 1999.